



Revista FAMECOS: mídia, cultura e
tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

KROHLING PERUZZO, CICILIA M.

O rádio educativo e a cibercultur@ nos processos de mobilização comunitária
Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 18, núm. 3, septiembre-diciembre,
2011, pp. 933-958
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495551009018>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Revista

FAMECOS

mídia, cultura e tecnologia

Tecnologias do Imaginário

O rádio educativo e a cibercultur@ nos processos de mobilização comunitária¹

Educational radio and cybercultur@ in the community mobilization process

CICILIA M. KROHLING PERUZZO

Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UMEESP/SP/BR. <kperuzzo@uol.com.br>

RESUMO

Este estudo investiga o percurso do rádio educativo no Brasil. Objetiva situar as várias faces do mesmo e refletir sobre sua passagem em diferentes momentos históricos. Pretende ainda discutir sua presença na internet e analisar a inserção do rádio educativo na cibercultur@. A pesquisa foi realizada com base em pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que o uso educativo do rádio foi variando ao longo do tempo. Passa por um conteúdo educativo-cultural difuso, incorpora programas governamentais de ensino a distância, serve à educação de base e à difusão da “alta cultura” e à informação de interesse público, se insere em processos de ensino-aprendizagem escolar e revela uma dimensão educativa na rádio popular e comunitária.

PALAVRAS CHAVE: Rádio educativa; Educomunicação; Rádio comunitária.

ABSTRACT

The study investigates the course of educational radio in Brazil. It aims to address its various aspects through different historical moments. It intends also to discuss its online presence and examine its insertion in cybercultur@. The research was based on bibliographic and documental research. We conclude that the educational use of radio varied over time. It underwent a diffuse cultural-educational content, incorporated governmental programs of distance learning, supported basic education and the broadcast of “high culture” and of information of public interest, inserted itself in school teaching and learning processes and revealed an educational dimension in popular and community radio.

KEYWORDS: Educational radio; Educommunication; Community radio.

Neste texto, discutimos brevemente a questão do rádio educativo no Brasil. O rádio, que em 1922 foi percebido como instrumento capaz de ajudar na educação e cultura da população, mais tarde recebeu status especial como rádio educativo, na linha público-estatal e sob o controle governamental. Outras modalidades foram sendo criadas tais como emissoras educativo-culturais em mão de organizações da sociedade civil, rádios escolares e emissoras populares ou comunitárias.

A pergunta que norteou o estudo indaga sobre quais são as faces do rádio educativo e como entendê-lo na perspectiva da cibercultur@.

O objetivo geral da pesquisa é situar as várias faces do mesmo e refletir sobre sua passagem por diferentes tecnologias. Os objetivos específicos são: resgatar os principais marcos da radiodifusão educativa no Brasil, discutir sua presença na internet e analisar a inserção do rádio educativo na cibercultur@.

A pesquisa foi realizada com base em pesquisa bibliográfica e documental. Esta última foi necessária para identificar aspectos legais e comprovar marcos da radiodifusão educativa no país.

O rádio educativo pode ser de natureza diversa

Bertold Brecht – nos anos 1930 – via o rádio como um meio capaz de ter um caráter público educativo, uma vez democratizado. Ele (1981, p. 56-57) criticava os usos que a burguesia dava ao rádio nos seus primórdios dizendo que:

“

O rádio tem uma só cara, quando deveria ter duas. É um simples aparato distribuidor, simplesmente transmite. [...] E para ser agora positivo, quer dizer, para descobrir o positivo na radiodifusão, uma proposta para mudar funcionamento do rádio: há que transformar o rádio, convertê-lo de aparato de distribuição em aparato de comunicação [...].

Haveria que “constituir os ouvintes em abastecedores” e converter todos os esforços da radiodifusão em “conferir realmente aos assuntos públicos o caráter de coisa pública” Brecht (1981, p. 57). Portanto, para Brecht a tecnologia é capaz de promover o intercâmbio, o debate sobre os assuntos de interesse coletivo, inclusive, pela arte, “dar forma artística” ao instrutivo.

Interessante que passado cerca de meio século, os *tojolabales*² mexicanos têm o mesmo entendimento sobre o rádio: aquele que fala e não escuta³.

O rádio para a educação e cultura

No Brasil, a origem do rádio em 1922 – na história oficializada⁴, está ligada a finalidade de contribuir para a educação e cultura da população, segundo os ideais da *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, fundada por Roquete Pinto e Henry Morize. Segundo relata Gisela S. Otriwano (1985, p. 14), a Sociedade se propunha a “levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e de alegria”. Com esse mesmo tipo de característica existiram outras emissoras, tais como as rádios *Club do Brasil*, *Educadora* e *Mayrink*, no Rio de Janeiro, e a *Rádio Educadora Paulista*, em São Paulo, que funcionaram por cerca de uma década, a partir de 1920⁵ (Moreira, 1991, p. 16). Em suma, as emissoras de rádio desse tempo tinham a finalidade de elevar os níveis culturais e educacionais da população.

Convém esclarecer que, embora havia ocorrido experiências anteriores, considerase, oficialmente, o dia 07 de setembro de 1922 a data primeira transmissão, mas primeira emissora, *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, só começa a funcionar em 20 de abril de 1923 (Otriwano, 1985). Porém, houve transmissões anteriores de rádio. Uma na cidade de Recife, no dia 6 de abril de 1919, pela *Rádio Clube de Pernambuco*⁶ (Otriwano, 1985), não reconhecida devidamente nos registros dos livros didáticos. Outras em São Paulo que são motivo até da existência de movimentos reivindicatórios⁷ para se reconhecer

essas transmissões radiofônicas como pioneiras no mundo. É o caso da irradiação de sinais em radiotelegrafia (a distancia sem fio) feitas pelo brasileiro Roberto Landell de Moura (1861-1928), entre 1893 e 1894, na Avenida Paulista (São Paulo, capital) e em 03 de junho de 1900⁸, no bairro Santana (no Colégio Irmãs de São José, hoje denominado Colégio Santana) também em São Paulo, além de outras feitas novamente na Avenida Paulista. Landell de Moura só teria patenteado seus inventos nos Estados Unidos, em 1904, e no Brasil, em 190⁹.

O padre Landell de Moura não teria sido levado a sério pelo cônsul inglês e outras autoridades, além da igreja e fiéis, na época por ele vivida, mas hoje em dia tenta-se consertar os registros históricos sobre a evolução do rádio no mundo e no Brasil¹⁰, pois essas transmissões são anteriores a aquelas (1895) que levaram o italiano Guglielmo Marconi conseguir a patente da invenção do meio em 1896.

O inventor brasileiro, segundo Fernando Cauduro (apud Meditsch, 2001, p. 33), teve todos os equipamentos destruídos (entre eles um telégrafo e um telefone sem fios, capazes de transmitir mensagens a oito quilômetros de distância) pelos fiéis de sua paróquia – que atribuíram os inventos “à intervenção do demônio”.

Como se pode inferir, o rádio surge com a audácia de ser canal livre de comunicação. Mais tarde, sua instalação com característica associativa, no formato de “clube” ou “Sociedade”, revela a existência de um tipo de organização constituída por pessoas que viam no rádio um instrumento de democratização da informação e da cultura, apesar de não ter conseguido atingir, num primeiro momento, grandes contingentes da população em decorrência do alto custo da importação dos aparelhos receptores.

Contudo, com o passar do tempo, essa característica foi cedendo o lugar para a primazia dos interesses de mercado sobre a programação e, como lembra Ortíwano (1985, p. 15), a partir do início da década de 1930, o rádio sofre “transformação radical. Em 1931 [...] já estava comprometido com os ‘reclames’ – os anúncios daquele tempo

– para garantir a sobrevivência. [...] O que era ‘erudito’, ‘educativo’, ‘cultural’, passa a transformar-se em ‘popular’, voltado para o lazer e à diversão”.

Rádio educativo público-estatal

Tendo o rádio assumido esse tipo de “cara”, ou seja, a de rádio como negócio, a sociedade foi despertando para a necessidade de se constituir outras emissoras integralmente de caráter público e/ou educativo-cultural. Surge assim um segundo tipo de emissora, o rádio educativo, propriamente dito, sob o controle governamental. Um dos marcos de sua origem, como pode ser visto em Moreira (1991, p. 17), está na doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por Roquette Pinto, ao Ministério da Educação e Saúde, em 1936, na condição de o governo brasileiro, na pessoa do então ministro Gustavo Capanema, preservar os ideais da emissora, a qual passou a se chamar *Rádio Ministério da Educação* ou *Rádio MEC*.

A programação da emissora nessa fase dava conta de cursos de literatura francesa ou inglesa, de sivicultura, lições de português, francês, italiano, geografia e história natural, além de notícias e entrevistas com personalidades e cientistas que visitavam o Rio de Janeiro, então capital da República (Horta, apud Moreira, 1991, p. 17).

Em 1937, o governo Getúlio Vargas cria o *Serviço de Radiodifusão Educativa* ligado ao *Ministério da Educação e Saúde* “destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas educativos”, segundo a lei 378/1937¹¹, art. 50”.

Existiram muitas iniciativas, como por exemplo, o Sirena (Sistema Radioeducativo Nacional) criado pelo MEC, em 1958, que tinha, em 1960, 47 emissoras transmitindo programas educativos e 22 em instalação (Wanderley, 1984, p. 48)¹².

Com o passar dos anos, o sistema de radiodifusão nacional e, no seu bojo, o educativo foi sendo modificado. Nos dias atuais este último é configurado como *Serviço de Radiodifusão Sonora* (rádio) ou de Sons e Imagens (televisão) e pode ser

requerido e executado pela União; Estados, Territórios e Municípios; Universidades brasileiras; e Fundações constituídas no Brasil¹³, o que proporciona, na prática, a existência de uma diversidade de emissoras educativas, ou assim denominadas.

Os principais instrumentos legais (Decreto-Lei 236, de 28/02/1967; Decreto 2.108, de 14/12/1996; e a Portaria Interministerial número 651, de 15/04/1999) que regulam a outorga de rádios e televisões educativas¹⁴ estabelecem que o *Serviço de Radiodifusão Sonora ou de Sons e Imagens* é

“destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional.

(Lopes, 2011, p. 8)

Desde os anos 1960, na categoria público-estatal passam a existir tanto emissoras de rádio como de televisão e operadas pelo Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais. Com a chegada da televisão a cabo nos anos 1990, o sistema ampliou-se ainda mais, gerando também canais televisivos público-legislativos (ligadas ao Senado, Câmara Federal e Assembleias Legislativas estaduais e municipais), público-judicial (pertence ao Poder Judiciário), educativo-culturais e os comunitários.

Rádio educativo-cultural

Voltando ao rádio. Uma vez possibilitada a abertura a partir da legislação, ainda em 1967 (Decreto-Lei 651), a outros operadores da radiodifusão pública, para além do

poder público. Assim, nos parece necessário situar a existência, de um terceiro tipo de rádio educativo, o educativo-cultural. Nesta categoria, agrupamos as emissoras universitárias e aquelas vinculadas a fundações com fins religiosos, educacionais e culturais. Nessa linha, há uma diversidade de rádios ligadas a organizações sem fins lucrativos operando com concessão de educativas, principalmente ligadas a igrejas. Porém, sempre há quem consegue a concessão nesta modalidade, mas na prática a conduz nos moldes de uma emissora comercial.

Nos anos 1970, novas ênfases são dadas na linha da educação formal por meio do rádio. A portaria interministerial número 408/70 criou o Projeto Minerva para transmitir a formação do então “Ginasial” e “Madureza Ginasial”, equivalentes aos últimos anos da escola fundamental e o supletivo, respectivamente. A determinação era de transmissão obrigatória de programação educativa de cinco horas semanais por todas as emissoras de rádio do país¹⁵.

Em 1973, o Projeto Minerva passa a produzir o Curso Supletivo de 1º Grau, segunda fase. Em 1973-74, surge o Projeto Saci, com Curso Supletivo para as quatro primeiras séries do 1º Grau, hoje denominada escola fundamental (Telebrasil¹⁶), sempre de responsabilidade do poder público.

Nos anos 1980 e 1990, surgem os chamados Telecursos, ou seja, entra a televisão em projetos de educação a distância. Estes são dirigidos por macro organizações da iniciativa privada com a finalidade de preparar a mão de obra¹⁷. Em 1981, nasce o Telecurso de 1º Grau, sustentado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e, em 1995, o Telecurso de 2º Grau, da Fundação Roberto Marinho, Rede Globo e outros apoiadores.

Com esses apontamentos, queremos mostrar a presença da educação formal (alfabetização de adultos, ensino básico, supletivos etc.) por meio das ondas radioelétricas como uma vertente significativa do rádio educativo no Brasil.

Rádio-escola

A quarta categoria é a rádio-escola, a qual não se organiza como emissora e nem transmite em FM (Frequência Modulada) ou AM (Amplitude Modulada), mas sim por sistema de alto-falante, a rádio-escola. Funciona como instrumento didático-pedagógico ou meramente recreativo no recinto de instituições de ensino, principalmente no ensino fundamental e médio. Por vezes, estabelecem vínculos com as comunidades locais e assumem funções de rádio comunitária. Há casos em que estão presentes também na internet, ou são somente web rádios.

Zeneida Assumpção (1999, p. 47-59), documenta experiências de rádio-escola no país e aponta como pioneiras a *Radioteca Jovem*, do Centro de Tecnologias Educacionais e Secretaria Estadual de Educação, em Campos-RJ, de 1986; a *Rádio Visão*, que funcionou na Escola Técnica Estadual Prof. João Barcelos Martino, na mesma cidade, em 1987; e a *Rádio RM2002*, de 1989, que funcionou no Colégio Regina Mundi (ensino de primeiro e segundo graus), em São Paulo, capital, entre outras.

As experiências de rádio-escola se espalharam pelo país¹⁸. Uma rádio escolar, ao ser assumida pelas instituições de ensino, tende a ser acompanhada por professores que incentivam e coordenam as atividades. Nas experiências bem planejadas, a produção radiofônica escolar se relaciona com o plano pedagógico institucional, portanto auxilia no processo de ensino-aprendizagem de diferentes matérias. Quanto mais inter-relacionados os conteúdos e didáticas, mais a experiência pode ajudar na ampliação e fixação do conhecimento. Exemplo: para se ensinar a calcular juros, um programa de rádio poderia ser criado e produzido numa feira livre ou supermercado, e poderia verificar o aumento de preços de produtos que fazem parte da cesta básica do brasileiro. Seguramente o tema poderia ser simultaneamente tratado pela matemática e por disciplinas que se ocupam de questões históricas, econômicas, sociais, culturais e políticas do país, bem como as de língua portuguesa.

Porém, nem sempre são bem aproveitadas pelos docentes do ponto de vista didático-pedagógico, mas mesmo estando mais a serviço do lúdico, no intervalo das aulas, e operada por grupos de estudantes, a rádio-escola já cumprem uma função educativa.

A título de exemplo, mencionamos duas experiências significativas, não de rádios propriamente ditos, mas de projetos que tentam incrementar o uso do rádio nas escolas do ensino básico e médio no Brasil: a da organização não governamental Catavento, de Fortaleza-CE, e do Educom do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

A Catavento Comunicação e Educação foi fundada em 1995, mas começou a trabalhar o rádio em 2003. Atua na articulação de “ambientes comunicacionais e educativos a partir de ações de transformação social tendo por base a construção de uma cidadania ativa”. Entre outros projetos tem o “Rádio-Escola pela Educação” por meio do qual assessorava uma rede de escolas para uso do rádio em sala de aula, além de produzir e difundir material didático e séries de programas de rádio sobre temas transversais da educação (saúde, Estatuto da Criança e do Adolescente e outros assuntos culturais do semi-árido nordestino) e os difunde pela internet e nas localidades por intermédio dos Pontos de Cultura¹⁹.

Uma das experiências assessoradas pela Catavento é a da *Rádio-Escola Onda Jovem*, na E.E.M. Tomé Gomes dos Santos, em Paramoti-Ceará, situada a 100 quilômetros de Fortaleza, capital do estado. Nela a preparação dos estudantes para o uso do rádio ocorre por meio de oficinas e a dinâmica da rádio se baseia na pedagogia freireana – dialógica e centrada no protagonismo dos educandos. Os ganhos obtidos se refletem na: criação de ambiente de mobilização e entusiasmo; participação estudantes ligados à emissora numa Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude (Brasília-DF); melhoria da expressão oral e relacionamento público; proporciona conhecer o

universo da comunicação; e em alguns casos ajudou a despertar o interesse para fazer faculdade de Jornalismo.²⁰

O *Educom.radio*, projeto do Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP²¹, surgiu em 2001 e realizou um projeto de educação para o uso do rádio nas 455 escolas municipais da Cidade de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal. Com o curso “Educomunicação pelas ondas do rádio”, objetivou preparar docentes e estudantes sobre a linguagem radiofônica e implantar uma rádio laboratório (sistema de alto-falante) em cada escola do município. O projeto funcionou durante algum tempo, mas com a mudança de legenda partidária à frente da Prefeitura, ele entrou em declínio, apesar de algumas experiências terem continuado. A proposta do Educom foi levada também à região Centro-Oeste do país e expandiu-se para a área da televisão. Em fevereiro de 2011, a ECA-USP deu início a um curso de Licenciatura em Educomunicação.

No entanto, há que se ressaltar que existem experiências de rádio-educação que envolvem crianças e adolescentes realizadas fora do âmbito escolar. É o caso da Fundação Casa Grande, em Nova Olinda, Ceará. A fundação é uma organização não-governamental, cultural e filantrópica criada em 1992, que atua na formação educacional de crianças e jovens protagonistas em gestão cultural por meio de programas relacionados à Memória, Comunicação, Artes e Turismo.²²

Rádio popular e comunitária

Por último, as rádios populares e comunitárias²³ se configuraram como uma quinta categoria de rádio educativo, segundo a proposição deste texto. Essa identificação não se justifica de forma generalizada, visto que nem todas que se autodenominam comunitárias, fazem jus a esse nome. Mas, ao serem geridas na perspectiva pública – tanto pela propriedade coletiva como pela programação de interesse social – atuam

na educação informal e revertem-se em experiências participativas que herdam os pressupostos dialógicos da educação. Elas podem ser de base territorial geográfica ou pertencer a comunidades de interesse, como as preocupadas com questões de gênero, cultura, situação de imigrantes, problemáticas indígenas etc.

Historicamente, as rádios comunitárias no Brasil são emissoras de caráter público, sem fins lucrativos, criadas e geridas, na maioria dos casos, coletivamente. Desempenham importante papel no processo de conscientização e mobilização social sobre questões relativas à vida de segmentos da população empobrecidos e discriminados socialmente. Quando são geridas comunitariamente, sua programação é de interesse público e estão a serviço dos grupos organizados das classes subalternas e/ou das localidades nas quais se inserem, o que faz com que contribuam para o desenvolvimento social. Fornecem informações e discutem assuntos de interesse local ou das próprias comunidades, difundem a produção cultural etc. São criadas no contexto dos próprios grupos aos quais também destinam sua programação. Servem como “escola” para a educação informal em comunicação. Lutam para conquistar o direito à comunicação ao exercitarem a liberdade de expressão e o empoderamento das tecnologias que ajudam a viabilizá-lo (Peruzzo, 2011, p. 39).

Inicialmente, esses tipos de rádio se tornaram conhecidas como populares, pois, surgem no contexto da mobilização de segmentos das classes subalternas nas suas lutas para ampliar os direitos de cidadania. Em se tratando de Brasil, originalmente, elas se inspiram nas experiências das rádios populares de alto-falantes da Villa El Salvador²⁴, de Lima (Peru), e naquelas constituídas na linha das Escolas Radiofônicas que se espalharam pela América Latina.

Escolas Radiofônicas são experiências de rádio interessadas na educação popular – desde a informal até alfabetização de adultos etc. Ficaram conhecidas como Rádios Populares ou Rádios Participativas. Cresceram muito nos anos 1960 e 1970, mas ainda

existem. No Equador, por exemplo, há a uma fundação no governamental, *Escuelas Populares Radiofónicas del Ecuador (ERPE)*²⁵, que atua com o objetivo de contribuir para que “a população indígena e mestiça da zona rural e urbana sejam os atores de seu próprio desenvolvimento”. Ela gera, facilita e acompanha processos sustentáveis com grupos sociais que interatua na *Radio Participación* do ERPE e em Telecentros. Mas, para a entidade, como a comunicação e a educação, não chegam ao estômago, a ERPE fortalece desde os anos 1980 as e os campões na produção orgânica y economía própria”, além de ajudar na comercialização e exportação e atuar na área da saúde preventiva. Está envolvida nas lutas contra pobreza visando um desenvolvimento social próprio da região²⁶.

Esta é uma das características das Escolas Radiofônicas na América Latina: trabalhar com segmentos da população local em prol da melhoria das condições de existência e da autoemancipação utilizando o rádio como canal de expressão e ao mesmo tempo de educação informal, não-formal e formal²⁷, tanto pelos conteúdos difundidos como pelo envolvimento no processo de fazer rádio. À semelhança da experiência acima há muitas outras, como por exemplo, a histórica *Rádio Sutatenza*²⁸ na Colômbia e a *Rádio Enriquillo na República Dominicana* ou a *Radio Popular Educativa del Ecuador (CORAPE)*.

As Escuelas Radiofónicas tiveram e têm apoio da *Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica*²⁹ (ALER), uma rede continental composta por instituições radiofônicas educativas, de inspiração católica cristã e humanista, criada em 1972, e atuante no campo da educação radiofônica e da comunicação popular e alternativa produzindo, capacitando e assessorando em diversas áreas da comunicação. Conta com 107 (cento e sete) emissoras afiliadas no continente latino-americano.³⁰ No Brasil, tem três emissoras associadas; dos Estados do Pará e da Bahia. Na mesma linha de atuação internacional, porém com caráter totalmente laico, há também a *Asociación Mundial*

de Rádios Comunitárias (AMARC). Muitas outras redes nacionais de radiodifusão existem em países da América Latina.³¹

Uma experiência marcante no Brasil foi a do Movimento de Educação de Base (MEB) que incluiu o uso do rádio no âmbito de um amplo movimento de educação popular. Segundo Luiz Eduardo Wanderley (1984, p. 48), o MEB constitui-se na sequência das atividades de educação pelo rádio – as Escolas Radiofônicas – promovidas pelo episcopado nas arquidioceses de Natal (Rio Grande do Norte) e Aracaju (Sergipe). Por meio de iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que elaborou plano de um movimento educativo nacional, foi criado o Movimento de Educação de Base, o qual recebeu respaldo político e apoio do Governo Federal por meio de recursos para sua execução, conforme o decreto número 50.370 de 21 de março de 1961. O plano, inicialmente, abrangeu as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, ampliando depois para áreas subdesenvolvidas de todo o Brasil.

Em conformidade com documentos do MEB (apud Wanderley, 1984, p. 54-56), a programação radiofônica, sempre produzida localmente e com o envolvimento da comunidade, tinha como base: a) A alfabetização e linguagem dirigiam-se aos adultos camponeses. Pretendia-se a liberação do “pensamento camponês, estimulando a criação e expressão espontâneas”. b) A alfabetização foi compreendida como integrada à “conscientização” e procurava despertar para engajamentos concretos em organizações profissionais, de classe e grupos que visavam o desenvolvimento de comunidades. Criaram-se escolas radiofônicas auto-organizadas, mas o MEB fornecia receptores transistorizados dada a carência de recursos no meio rural, entre outros aspectos. c) Aulas de aritmética eram aplicadas às operações e aos problemas situados na própria realidade dos agricultores. d) Noções de saúde também eram transmitidas. e) A programação também se ocupa do trabalho agrícola, desde técnicas de produção e relações de trabalho até a organização comunitária para a produção e o trabalho

em cooperação. f) Outros programas abrangiam educação religiosa, arte popular, debate sobre temas de interesse com base em entrevistas, respostas a correspondência etc.

No entanto, não se trata apenas de programas radiofônicos, mas de amplo processo de mobilização que almejava transformações na sociedade. Como diz José Peixoto Filho (2010, p. 22), o MEB, por meio do instrumento pedagógico básico o rádio, possibilitou o “desenvolvimento de atividades que buscavam, ao mesmo tempo, o uso das técnicas de comunicação, consideradas avançadas para a época, numa perspectiva de fazer educação a distância, mas também a sua interação com as atividades locais, dentro das salas de aula e nas comunidades”.

O MEB se configura como um amplo programa fortemente influenciado pelo espírito da Teologia da Libertação (compromisso da Igreja Católica com os pobres e com a transformação social, na América Latina) e embasado na pedagogia da “educação como prática da liberdade” de Paulo Freire. Na perspectiva freireana, esta

“

não é a transferência ou transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é depositar informações ou fatos nos educandos; não é a ‘perpetuação dos valores de uma cultura dada’; não é o ‘esforço de adaptação do educando a seu meio’. [...] A ‘educação como prática da liberdade’ é, sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes.

(Freire, 1977, p. 78)

O contexto da época era de crise e de ampla mobilização social por mudanças: pressões populares por distribuição de renda; intenso movimento de cultura popular (Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular no Recife³², Sistema Paulo Freire, Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler); participação política ativa de grupos cristãos em posições de esquerda e assim por diante. O objetivo era construir um “desenvolvimento nacionalista que garantisse reformas estruturais, ênfase no social, integração (homem todo e todos os homens), comunidades autossustentadas” (Wanderley, 1984, p. 39). Tal processo, no entanto, foi abalado com Golpe Militar de 31 de março de 1964. Acontecimento que também estremeceu as bases do MEB, num primeiro momento, mas algumas experiências resistiram nos primeiros anos³³ do regime militar. Aos poucos, com os cortes de verbas e restrições da situação política da época, foram deixando de funcionar ou modificaram sua orientação política.

Por outro lado, é conveniente acrescentar que há também “programas educativos” em rádios comerciais. Do mesmo modo, estes existem em emissoras, como as universitárias e público-estatais mesmo quando se desviam de seus propósitos originais³⁴. Tais programas são produzidos tanto pelas próprias emissoras, como apenas transmitidos por elas, ao cederem (ou venderem) espaços nas grades de programação para entidades sem fins lucrativos da sociedade civil.

Há diversidade na natureza do rádio educativo, o que impede de ser tratado a partir de um conceito único. Não é a tecnologia utilizada que determina a caracterização como rádio educativo, mas seus usos e os conteúdos gerados e difundidos. As rádios educativas, também as comunitárias e escolares, se apropriam das tecnologias do seu tempo. Não abandonam as TICs mais antigas, como o alto-falante – que continua sendo o meio mais comum das escolas e em algumas localidades. O dial por meio da FM segue como sistema predominante no universo das rádios comunitárias e educativo-culturais. As públicos-estatais irradiam tanto em FM como em AM.

Mas o rádio ganha a internet. Claro que nem todas as comunitárias e escolares se aventuram na nesse ambiente virtual. Assim como, nem todas as chamadas rádio-escola estão em instituições formais de ensino. Às vezes experimentam espaços próprios como é o caso da Fundação Casa Grande, de Nova Olinda-PE³⁵.

Rádio virtual ou webradio comunitária educativa

A apropriação do rádio para fins explicitamente educativos tem relação estreita com o acesso ao desenvolvimento tecnológico em cada época. O momento histórico atual, por exemplo, motiva sua inserção na internet. Neste ambiente comunicacional, ele pode se configurar como *rádio virtual* (transmite só na internet), *webradio* (transfere a programação que já é transmitida no dial para a internet), *rádio off-line* (mantém só site da emissora e às vezes oferece algum tipo de áudio). Há ainda páginas online (*juke box*³⁶) que disponibilizam apenas áudio de músicas e não são considerados rádio³⁷. A escolha por um desses tipos depende das condições objetivas de acesso e manuseio das tecnologias, além do interesse do próprio grupo.

Cabe perguntar: por que levar uma rádio comunitária ou uma rádio-escola para a internet? O público principal a que elas se destinam está ali ao seu lado e, às vezes, nem acessa a internet. De fato, existe essa contradição, mas também há um lado positivo. Tais emissoras ou sistemas de som não deixam de ser locais mesmo entrando na “rede das redes”, além de favorecer a interação de pessoas que por algum motivo se distanciaram fisicamente de suas bases comunitárias. Outros aspectos positivos das webradio e a rádio virtual educativas e comunitárias representam:

- a) Uma conquista de seus protagonistas em termos de empoderamento das TICs.

Ou seja, há a apropriação tecnológica e mais do que isso o empoderamento que significa a capacidade que adquirem de dirigir as experiências. Nesse processo, aprendem uns³⁸ com os outros sobre como fazer rádio e sobre a vida

e a sociedade. Colocam a tecnologia a serviço de usos não convencionais (ou comerciais) da sociedade capitalista ao dar-lhe finalidade pública e educativa.

- b) Disputa (sem disputar o mercado) do espaço virtual com conteúdos diversos daqueles predominantemente presentes por meio da mídia convencional. Um conteúdo às vezes “alternativo”, outras vezes comunitarista ou meramente recreativo, mas, a partir da visão e representações de seus cidadãos e cidadãs.
- c) Rompimento de limites legais³⁹, no caso das rádios comunitárias do Brasil, que só são autorizadas a transmitir com 25 *watts* de potência a uma distância de um quilômetro de raio. Na escola, o alto-falante só fala nos limites do pátio ou dos corredores⁴⁰. A internet rompe as barreiras legais e do som... Da escola, da comunidade, da universidade para a comunidade e para o mundo. Do local para os âmbitos regional, nacional e o universal. Pelo menos em potencialidade se coloca disponível, se é acessada é outra questão.
- d) Participação na configuração da nova formação social, em parte, provocada pelo alto desenvolvimento tecnológico. Estar na internet é uma das maneiras de inserção no universo do chamado ciberespaço que está ajudando a configurar novas sociabilidades, relacionamentos e valores culturais. Mesmo que grandes contingentes populacionais – os mais empobrecidos – ainda estejam distantes das novas tecnologias de informação e comunicação, é crescente e necessária a demanda por serviços online. Da emissão de documentos, declaração do Imposto de Renda, e acesso à informação pública (editais, prestação de contas etc.) às possibilidades de participação cidadã por meio de consulta pública, denúncias, críticas etc., por meio de páginas de organizações ou das redes sociais (*Facebook*, *Twitter* e tantas outras) cada vez requerem o uso de computadores e da internet. Brincar com a tecnologia avançada por meio do rádio só vai agregar um sabedoria aos seus protagonistas.

Mesmo com tantos pontos positivos, o cerne dessa problemática ainda é complexo. Não se trata só de acesso às TICC⁴¹ ou de preparar pessoas para o uso das mesmas. Grandes esforços no sentido de prover as populações de tele centros com computadores, acesso a internet e cursos de preparação para o seu manuseio não têm dado conta dos avanços necessários no uso da tecnologia. Para além do acesso individual com base em adestramento para manuseio de máquinas e *softwares*, o desafio é possibilitar o empoderamento coletivo das TICCs.

A rádio comunitária e educativa na cibercultur@

Os programas de universalização das tecnologias e de acesso à internet são prementes na sociedade contemporânea. Do mesmo modo, parece inevitável que o rádio educativo e comunitário estejam no ciberspaço. O desafio é ter uma presença que permita desenvolver cibercultur@ – escrita com arroba segundo a proposta de Jorge A. González⁴², o que quer dizer transformar esse acesso em processo de mobilização, de organização em comunidades e de comunicação, no sentido pleno do termo – com a finalidade de realizar o segundo “C” da signa TICC⁴³, do conhecimento. Não basta estar na rede; não se trata apenas de abrir uma página na internet, ter um blog ou uma webrádio. Importa desenvolver processos coletivos de ocupação e uso desse espaço ultrapassando os limites do uso instrumental de tecnologias e configurando-se como comunidades (virtuais e presenciais) geradoras de conhecimento. Em outras palavras, importa a formação de coletivos, redes inteligentes e autodeterminadas (na linha da cibernética – do ciber⁴⁴ como capacidade de pilotar as relações no próprio grupo) em que o sentido do “nós” (*nosotros* em espanhol) se realize.

Cibercultur@, na proposta de González, é escrita com arroba para marcar uma diferença das abordagens teóricas centradas no vetor tecnológico, embora se reconheça a importância desse tipo de conhecimento. González (2008, p. 127), usa o símbolo @

(arroba) para indicar um processo aberto, em forma de espiral retroalimentável: *Ciber* (*kyber*), de cibernética, para designar capacidade de dirigir, pilotar as relações sociais; *Cultur*, de cultura mesmo.

Nessa perspectiva, cibercultur@ é tomada como um processo que “redesenha coletivamente (de baixo para cima) uma atitude diferente frente ao mundo”, qual seja o saber perguntar sobre ele e a converter problemas práticos em problemas de conhecimento, ao mesmo tempo em que se aprende as habilidades que “nos permitem operar bem as tecnologias ao nosso alcance frente às necessidades de informação, para gerar e valorizar o conhecimento e para coordenar ações de comunicação que permitam romper o ciclo vicioso da dependência tecnológica”.

Ela se desenvolve (González, 2007) e quer dizer a realização de processos coletivos de organização comunitária capazes de gerar três culturas:

- a) *Cultura da comunicação*: como a capacidade de contato entre os atores sociais para compor e organizar o mundo social; capacidade de coordenar ações coletivas contemplando as diferenças e formando redes inteligentes, ativas, e afetivamente construtora do espírito “nosotrico,” ou seja do “nossa”.
- b) *Cultura da informação*: apropriação e geração da informação mais a construção de sistemas informativos com base em pesquisa, resgate e sistematização não só de dados, mas de sistemas de informação.
- c) *Cultura de conhecimento*: produção de conhecimento a partir das interações entre o ser humano e sua realidade e das inferências sobre ela.

Em todo o processo, as três dimensões da cultura se inter-relacionam. Uma ajuda a configurar a outra (González, 2007, p. 18-25). Como desenvolver essas três culturas? Por meio da formação de Comunidades Emergentes de Conhecimento Local e Comunidades Emergentes de Investigação. Estas são redes constituídas para gerar conhecimento local e geral mediante o uso intensivo das tecnologias – independentemente do tipo

delas – em ambiente de inteligência distribuída na perspectiva de L. Vygotsky (apud. Maass, 2007, p. 312).

Cada CEC correspondente a um nó de uma rede sempre em construção. A CEI é uma rede voltada à investigação com finalidade de gerar conhecimento científico. Já a CECL é uma rede que se organiza para construir dinâmicas e articulações sociais com a finalidade de enfrentar problemas concretos que afetam o grupo social mais amplo de onde ela emerge. Assim sendo, a cibercultur@ não quer dizer uma instância ou dimensão que o ciberespaço está constituindo, nem apenas a discussão sobre a efetividade ou necessidade do domínio de habilidades para operar máquinas e softwares. Significa processos dinâmicos de organização e ação comunitárias que favoreçam a formação de um projeto novo de sociedade, que parte do conhecimento sobre o passado e do presente pelo olhar das classes subalternas em processo de emancipação (classe para si, na perspectiva de K. Marx) da condição de subalternidade consentida acriticamente.

Os protagonistas do rádio educativo, principalmente nas modalidades escolar e comunitária, poderiam, com base nos princípios da cibercultur@⁴⁵, desenvolver processos cada vez mais coletivizados e duradouros por meio de comunidades emergentes de conhecimento – por escolha e não de forma contingencial – interconectadas e capazes de, progressivamente, interferir na feitura de uma nova sociedade.

Considerações finais

Como se pode observar, não há um único conceito de rádio educativo no Brasil. Seu uso foi variando ao longo do tempo. No seu início, nos anos 1920 e começo dos 1930, apresentou-se como conteúdo educativo-cultural difuso, ou seja, a perspectiva educativa era intencionalmente disseminada em toda programação. Depois é assumido pelo governo federal – por meio do Ministério da Educação e Saúde – com o compromisso

de difundir programas educativos. A sociedade civil interfere em vários momentos e de diversas formas para enfrentar desde o analfabetismo até o desconhecimento político e a carência de informação, a exemplo das Escolas Radiofônicas⁴⁶ e do MEB. Os aspectos educativos aninham nas rádios comunitárias e populares para ajudar na educação informal, aproximando as experiências atuais a aquelas dos anos 1960, 1970 e 1980 na América Latina. Por fim, o desafio segue agora em qualificar o rádio educativo na perspectiva da cibercultur@.

Embora seja interessante compreender as mudanças na era do ciberespaço em que as TICCs vão ajudando a modificar as relações sociais, no contexto brasileiro e latino americano, interessa também a superação das estruturas opressoras que inibem ou impedem o desenvolvimento das pessoas como seres humanos livres, conscientes, inteligentes, criativos e solidários. Interessa, pois, favorecer processos de mobilização comunitária capazes de provocar a auto-organização popular com vistas a transformar a sociedade. Interessa proporcionar a cada pessoa oportunidades de se relacionar de modo crítico com o mundo e assim, na relação com os outros, crescer na compreensão desse mundo, para transformá-lo.

Essa perspectiva encontra bases na concepção dialógica da educação, ou educação como prática da liberdade, de Paulo Freire. Para ele (1977, p. 36), o conhecimento “não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”. ●

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Z. A. de. *Radioescola: uma proposta para o ensino de primeiro grau*. São Paulo: Anablume, 1999.

BEISIEGEL, Celso de R. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRASIL. Lei n. 378. Rio de Janeiro, 13 jan. 1937. Senado Federal. Brasília. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75953>>. Acesso em: 21 maio 2011.

BRECHT, Bertold. Teoría de la radio (1927-1932). In: BASSETS, Lluís (Ed.). *De las ondas rojas a las radios libres. Textos para la historia de la radio*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

FERRARETTO, Luiz A. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. 2. ed. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 2001.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 1977.

GOHN, M da G. *Educação não formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 1999.

GONZÁLEZ, Jorge A. Digitalizados por decreto. Cibercultur@: inclusão forçada na América Latina. *Matrizes, revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo*, a. 2, n. 2, p. 113-138, 2008.

_____. Presentación. Introducción general. In: GONZÁLEZ, Jorge A. (Coord.). *Cibercultur@ e iniciación en la investigación*. CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 2007. p. 15-27.

_____. *Cibercultur@ como estrategia de comunicación compleja desde la periferia*. Ciudad de México: Labcomplex-CEICH/UNAM, s/da. Disponível em: <www.labcomplex.net>. Acesso em: 28 fev. 2010.

_____. *El desarrollo de cibercultur@ en proyectos de conocimiento: hacia una comunidad emergente de investigación*. Ciudad de México: Labcomplex-CEICH/UNAM, s/db. Disponível em: <<http://www.kasiopea.webs.com/biblioteca.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

MAASS MORENO, Margarita. Por uma cultura de comunicación. In: GONZÁLEZ, Jorge A. (Coord.). *Cibercultur@ e iniciación en la investigación*. CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 2007. p. 231-332.

LENKERSDORF, C. *Los hombres verdaderos: voces y testimonios tojolabales*. 5. ed. Ciudad de México/Buenos Aires/Madrid: Siglo Veinteuno, 2008.

LOPES, Cristiano Aguiar. *Regulação da radiodifusão educativa*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. (Elaborado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados). Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 21 maio 2011.

KUHN, Fernando. *O rádio entre o local e o global: fluxo, contrafluxo e identidade cultural na internet*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – UMEPS, São Bernardo do Campo, 2005. 257 f.

MEDITSCH, Eduardo. *O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo*. Florianópolis: Insular/UFSC, 2001.

MOREIRA, Sonia V. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

ORTRIWANO, Gisela S. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.

PEIXOTO FILHO, José. *O rádio e a educação: a experiência do MEB e as contribuições para a educação popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PERUZZO Cicilia M.K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Community radio stations [Brazil]. In: DOWNING, John D. H. (Ed.). *Encyclopedia of Social Movement Media*. California/London/New Delia? Singapore: Sage, 2011. p. 139-142.

_____. Rádio Comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias. *Revista Famecos*, revista da Faculdade de Comunicação Social da PUCRS, Porto Alegre, v. 30, p. 115-125, 2006.

SAMPAIO, Mário Ferraz. *História do rádio e da TV no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TRIGO-DE-SOUZA, Lígia Maria. As categorias do rádio na internet. *Idade Mídia*, revista da Faculdade de Comunicação Social FIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 17-26, 2º sem. 2002.

WANDERLEY, Luiz E. W. *Educar para transformar. Educação popular, igreja católica e polícia no Movimento de Educação de base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ZUCOLOTO, Valci. Debatendo com Brecht e sua teoria do rádio. In: MEDITSCH, E. (Org.). *Teorias do rádio: textos e contextos*. Florianópolis: Insular/UFSC, 2005. p. 47-60.

NOTAS

¹ Trabalho apresentado no I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana realizado na Escola de Comunicações e Artes, São Paulo-SP, Brasil, de 1 a 4 de agosto de 2011. Originalmente o assunto foi tratado em palestra proferida no Seminário Latino Americano de Rádio Educação realizado em Fortaleza-CE, Brasil, no dia 11 de outubro de 2010, promovido pela Universidade Federal do Ceará e Catavento Comunicação & Educação.

² Um dos povos Maya dos Altos de Chiapas.

³ Ver Lenkersdorf (2008).

⁴ A primeira transmissão oficial do rádio ocorreu em 7 de setembro de 1922 como parte das comemorações do Centenário da Independência (Ortriwano, 1985, p. 13).

⁵ Ver também Mario Ferraz Sampaio (1984).

⁶ Ver: Radio clube de Pernambuco - Augusto Joaquim Pereira. Disponível em: <<http://www.saldanhas.xpg.com.br/radioclube.htm>>. Acesso em: 12 maio 2011. Rádio clube de pernambuco. Onordesde.com. O Nordeste/ enclopédia nordeste/Radio Clube de Pernambuco. Disponível em: <http://www.onordesde.com/onordesde/enciclopediaNordeste/index.php?titulo =R%C3%A1dio+Clube+de+Pernambuco<r=r&id_perso=782>. Acesso em: 21 maio 2011.

⁷ Ver <http://www.landelldemoura.qsl.br/portugues.htm>. A fantástica experiência de Landell de Moura – 03 de junho de 1900 - *transmissão da voz humana*. Porto Alegre, s.d. Disponível em: http://www.landelldemoura.qsl.br/experiencia_sao_paulo_.htm. Acesso em: 13 maio 2011.

⁸ Há registros da experiência no *O Estado de São Paulo*, de 16 de julho de 1899, e no *Jornal do Commercio*, de 3 de junho de 1900, segundo consta do site <http://www.landelldemoura.qsl.br/experiencia_sao_paulo_.htm>.

⁹ Ver “Movimento Landell de Moura” (MLM) em: <<http://www.landelldemoura.qsl.br/portugues.htm>>.

¹⁰ Ver <<http://www.landelldemoura.qsl.br/>>.

¹¹ Esta mesma lei criou o Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Nacional do Cinema Educativo, a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes etc.

¹² Ver também Beisiegel (1974).

¹³ Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967. Ver: <<http://www.mc.gov.br/radiodifusao>>.

¹⁴ De 1966 a 1974 foram instaladas, pro exemplo, a TV Universitária de Pernambuco, TV Educativa do Rio de Janeiro, TV Cultura de São Paulo, TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do Maranhão, TV Universitária do Rio Grande do Norte, TV Educativa do Espírito Santo e TV Educativa do Rio Grande do Sul.

¹⁵ Educação a distância via rádio. *Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disc/tecmc/bahia/grupo8/site/pag6.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

¹⁶ Breve histórico da EAD no Brasil. *Telebrasil*. Disponível em: <www.telebrasil.org.br>. Acesso em: 21 maio 2011.

¹⁷ Há também iniciativas de macro organizações empresariais no campo do rádio, televisão e internet voltadas ao ensino técnico-profissional e de formação em geral, a exemplo SESC-SENAC (Serviço Nacional do Comercio e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Estas organizações produzem também, desde 2002, a série “Sintonia Sesc-Senac na freqüência do Cidadão” constituída de programas de rádio, spots etc. difundidos em quase mil emissoras. Ver <www.sintoniasescsenac.senac.br>.

¹⁸ A autora participou da elaboração e execução de um projeto de Rádio-Escola no município de Mauá, na Grande São Paulo, de fevereiro de 2004 a dezembro de 2005. O projeto envolveu quatro escolas municipais e foi realizado numa parceria entre a Universidade Metodista de São Paulo e a Secretaria de Educação e Cultura de Mauá.

¹⁹ Ver <<http://www.catavento.org.br/conteudo.php?codigo=2>>.

²⁰ Informação verbal de um coletivo da rádio que a representou no Seminário Latino Americano de Rádio Educação, realizado em Fortaleza-CE, Brasil no dia 11 de outubro de 2010.

²¹ O Núcleo de Comunicação e Educação - NCE nasceu em 1996, no espaço da Universidade de São Paulo, reunindo um grupo de professores de várias universidades brasileiras interessadas na inter-relação entre Comunicação e Educação. Ver: <<http://www.usp.br/nce/onucleo/>>. Educom.radio. *Núcleo de Comunicação e Educação*. ECA-Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/?wcp=/oquefazemos/texto,4,14,30>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

²² Ver <http://www.fundacaocasagrande.org.br/nova_olinda.php>

²³ Existem cerca de 5.000 emissoras comunitárias autorizadas a funcionar atualmente, além de grande número que funciona sem autorização.

²⁴ Ver Peruzzo (2004).

²⁵ Quien somos. *Escuelas Populares Radiofónicas del Ecuador (ERPE)*. Ecuador, s/d. Disponível em: <<http://www.erpe.org.ec/>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

²⁶ Ver <<http://www.erpe.org.ec>>.

²⁷ Formação geral adquirida nas práticas sociais, formação especializada não-escolar, e o ensino regido pelo sistema oficial de educação, respectivamente. Mais conceitos em Gohn (1999).

²⁸ Ver <<http://pt.scribd.com/doc/51640401/3/RADIO-SUTATENZA>>.

²⁹ Sua missão: "ALER es una Asociación Civil, constituida por instituciones de América Latina y El Caribe, que hace comunicación radiofónica educativa. Trabaja, junto a otros actores sociales, por la democratización de las comunicaciones, por el desarrollo humano sostenible, y por la construcción de sociedades con mayor justicia, mayor equidad y mayor democracia".

³⁰ Ver: Misión y visión. Asociación Latinoamericana de Educación radiofónica (ALER). <<http://www.aler.org/portal/index.php/lo-institucional/mision-y-vision>>. Acesso em: 15 maio 2011.

³¹ RECORRA-Red de Radios Comunitárias da (Colombia), ERBOL-Educación Radiofónica (Bolívia), CORAPE (Coordinación de Radio Popular del Ecuador) etc.

³² Trata-se de um experiência de grande repercussão desenvolvida "inicialmente através da Prefeitura da Cidade do Recife, mais tarde através do Governo de Estado de Pernambuco" (Marques de Melo, 2010, p.44-45).

³³ Pelos registros de Wanderley (1984, p. 59), em 1965, o MEB ainda resistia com o trabalho e educação de base. No início de 1964 o MEB atingia 14 estados do Brasil. Em 1961 tinha 11 Sistemas de Radioeducativos, 59 em 1963, 55 em 1964 e 51 em 1965.

³⁴ Referimo-nos a emissoras que recebem concessão como educativas ou comunitárias, mas, são geridas a partir de interesses financeiros e/ou político-eleitorais.

³⁵ Ver: <http://www.fundacaocasagrande.org.br/nova_olinda.php>.

³⁶ Máquina de tocar discos.

³⁷ Ver Kuhn (2005), Trigo-de-Souza (2002) e Peruzzo (2006).

³⁸ Entendam-se também umas e outras..., com todo o respeito ao sexo feminino sempre muito atuante nesse tipo de prática.

³⁹ Tratamos desse aspecto no texto "Rádios comunitárias na internet..." (Peruzzo, 2006).

⁴⁰ Há casos raros em que são colocados para fora dos muros da escola como forma de atingir a comunidade.

⁴¹ Tecnologias de Informação em Comunicação e Conhecimento.

⁴² Ver textos do autor sobre o assunto na lista final de referências.

⁴³ Tecnologia da Informação, Comunicação e de Conhecimento.

⁴⁴ Ver González (2008).

⁴⁵ Ver mais detalhes na bibliografia existente no final do texto.

⁴⁶ Escolas Radiofônicas constituíram como programas de educação através do rádio e se desenvolveram em países da América Latina. No Brasil o pioneirismo das Escolas Radiofônicas teria sido em 1958 sob a liderança da Arquidiocese de Natal, Rio Grande do Norte. Ver Wanderley (1984).